

## UMA PEQUENA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA: a invenção do Brasil e o desenvolvimento do seu capitalismo tardio e dependente

UNA PEQUEÑA BIOGRAFÍA NO AUTORIZADA: la invención de Brasil y el desarrollo de su capitalismo tardío y dependiente

A SHORT UNAUTHORIZED BIOGRAPHY: the invention of Brazil and the development of its late and dependent capitalism

Francisco Glauber de Oliveira Paulino<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5312-569X>

Maria Elly Krishina dos Santos Pereira<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-7661-8446>

Cristiane Maria Abreu Lima<sup>3</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-7602-6213>

### Resumo

O presente artigo tem como finalidade apresentar à comunidade acadêmica uma síntese do que foi elaborado por seus construtores no curso de mestrado e doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE/Conceito CAPES 5). O artigo vem à lume a partir da confrontação de nossa compreensão do valor ontológico da categoria do trabalho com a concretude da realidade capitalista. Apresenta ainda um preâmbulo do desenvolvimento do trabalho explorado no Brasil a partir de uma pesquisa bibliográfica de cariz qualitativa em que se tomou como objeto de pesquisa a desantropomorfização do trabalho em seu amplo espectro. Tem como objetivo discutir acerca do desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil à luz da perspectiva crítica marxiana-lukácsiana tomando como bússola, as categorias

<sup>1</sup>Pesquisador bolsista de Pós-Graduação (Dedicação Exclusiva - DE/CAPES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestrando em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE / Conceito CAPES 5). E-mail: francisco.paulino@aluno.uece.br

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Ceará – IFCE e Doutoranda em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: elly.krishna@aluno.uece.br.

<sup>3</sup> Professora efetiva vinculada a Prefeitura de Fortaleza - CE. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestre e Doutora em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: pedagoga\_crisabreu@yahoo.com.br.

### Como referenciar este artigo:

PAULINO, Francisco Glauber de Oliveira; PEREIRA, Maria Elly Krishina dos Santos; LIMA, Cristiane Maria Abreu. Uma pequena biografia não autorizada: a invenção do Brasil e o desenvolvimento de seu capitalismo tardio e dependente. **Revista Pedagógica**, v. 25, p. 1-24, 2023.

DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i1.7370>

trabalho, dada a centralidade na constituição da sociabilidade humana, e educação, que configura enquanto práxis relacionada diretamente à ação dos indivíduos na teia social. Visando a uma melhor compreensão do *modus operandi* capitalista atual, este estudo, de natureza metodológica bibliográfica e de cariz qualitativa, é o resultado de inquietações surgidas durante a nossa atuação enquanto pesquisadores da categoria analítica do trabalho estratificado sob o escopo onto-histórico. Por compreendermos que este é o mais fidedigno com a concretude do real, e anuentes com Netto (2011), escolhemos o método marxiano para fundamentar a nossa escrita. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que o valor ontológico do trabalho vem sendo eivado em sua candura e, por conseguinte, adotando uma feição desantropomórfica vide os processos de educação e, assim, uma postura desumanizante.

**Palavras-chave:** Luta de classes; Trabalho ontológico; Desantropomorfização.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar a la comunidad académica una síntesis de lo elaborado por sus creadores en el curso de maestría y doctorado académico del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Estadual del Ceará (PPGE-UECE/Concepto CAPES 5). Lo mismo surge de la confrontación de nuestra comprensión del valor ontológico de la categoría de trabajo con la concreción de la realidad capitalista. El mismo presenta un preámbulo del desarrollo explorado en Brasil a partir de una investigación bibliográfica de carácter cualitativo donde se tomó como objeto de investigación la desantropomorfización del trabajo en su amplio espectro. Tiene como objetivo discutir sobre el desarrollo del capitalismo tardío em Brasil, a la luz de la perspectiva crítica marxiana-lukácsiana, tomando como brújula las categorías trabajo, dada la centralidad em la constitución de la sociabilidad humana, y la educación que se configura como una práxis directamente relacionada con la acción de los individuos en la tela sicial. Con el objetivo de una mejor comprensión del *modus operandi* capitalista actual, este estudio, de naturaleza metodológica bibliográfica y aspecto cualitativo, es el resultado de inquietudes que surgieron durante nuestro trabajo como investigadores de la categoría analítica del trabajo estratificado bajo el onto-histórico. Al comprender que este es el más confiable con la concreción de lo real, y coincidiendo con Netto (2011), elegimos el método marxista para fundamentar nuestra escritura. Los resultados preliminares de la investigación señalan que el valor ontológico del trabajo se ha visto afectado em su franqueza y, por tanto, adoptando un rasgo desantropomórfico, como se ve em los procesos educativos y, de esta manera, una postura deshumanizadora.

**Palabras-clave:** Lucha de clases; Trabajo ontológico; Desantropomorfización.

### Abstract

This article aims to present to the academic community a synthesis of what was elaborated by its builders in the master's and doctoral course of the Graduate Program in Education of the Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE/CAPES concept 5). The article comes to light from the confrontation of our understanding of the ontological value of the category of labor with the concreteness of capitalist reality. It also presents a preamble to the development of the work explored in Brazil from a bibliographic research of qualitative nature in which it was taken as object of research the deanthropomorphization of the work in its broad spectrum. It aims to discuss the development of late capitalism in Brazil in the light of the critical Marxian-Lukácsian perspective taking as a compass, the categories work, given the centrality in the constitution of human sociability, and education, that configures as praxis directly related to the action of individuals in the social web. Aiming at a better understanding of the current capitalist *modus operandi*, this study, of a bibliographic methodological nature and of a qualitative nature, is the result of concerns that arose during our work as researchers in the analytical category of work stratified under the onto-historical scope. Because we understand that this is the most reliable with the concreteness

of the real, and agreed with Netto (2011), we chose the Marxian method to ground our writing. The preliminary results of the research indicate that the ontological value of work has been imbued in its candor and, therefore, adopting a deanthropomorphic feature vide the processes of education and, thus, a dehumanizing posture.

**Keywords:** Class struggle; Ontological work; Deanthropomorphization.

## INTRODUÇÃO

Este estudo vem à lume a partir da confrontação de nossa compreensão do valor ontológico da categoria do trabalho com a concretude da realidade capitalista, haja vista compreendermos que o homem realiza-se enquanto gênero humano por intermédio do trabalho concreto, tendo em vista o seu valor antropomorfizador, mediado pelo complexo da educação (LUKÁCS, 2013). Abitante et al. (2021, p. 5) consideram “o fazer humano do trabalho é o processo pelo qual a concepção materialista histórica-dialética entende que os homens e as mulheres se fazem humanos na dialética entre suas necessidades e o mundo”. Contudo, ao confrontarmos esta leitura com a realidade objetiva, vemos que dentro do modelo sociometabólico capitalista, o trabalho, não mais concreto, mas sim estratificado, adota uma postura desantropomorfizadora, o que, por sua vez, aliena o homem de sua condição humana e acaba por reificá-lo em ciclos periódicos de desantropomorfização.

Lukács (2013, p. 44), ao analisar de forma ampliada a categoria do trabalho, afirma o seguinte:

[...] Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. [...] (Acréscimos do original)

Como podemos depurar do excerto sobredito, é por intermédio do trabalho que o ser social (homem) chega à catarse do pensamento humano, rompendo assim, os limites do ser natural (animal), isto é, de sua natureza animal propriamente dita, tornando-se assim, o único ser vivo que supera as limitações impostas pela natureza, o que, por sua vez, diferencia-o de todos os demais animais e seres vivos, pois os seres humanos efetivam-se ao produzirem a sua existência por meio do trabalho.

No processo de construção da sociabilidade humana, diversos complexos sociais desenvolvem-se, tais como a política, a religião, a linguagem, a educação, entre outras. A educação é um complexo que apresenta autonomia relativa e dependência ontológica em relação ao trabalho, momento fundante do ser social. Essa autonomia refere-se ao fato de a educação, assim como outros complexos sociais, desempenhar funções específicas que se diferenciam do intercâmbio direto entre o ser humano e a natureza. A educação configura-se enquanto práxis, relacionada diretamente à ação dos indivíduos na teia social. No que tange à dependência ontológica, tal afirmação justifica-se no surgimento dos complexos sociais ocorrerem no seio de uma sociabilidade produzida pelo trabalho. É o processo de ampliação das possibilidades humanas, propiciado pela evolução e complexificação do trabalho que tornam necessários desenvolvimentos de outros complexos sociais (LUKÁCS, 2013).

Como veremos logo mais, na relação de trabalho explorado que veio arrolando-se ao longo de 05 séculos no Brasil, o trabalho estratificado, que se metamorfoseou e combinou com vários modelos de trabalho penoso, acabou por criar justamente a sua antípoda, a saber, o homem reificado de sua humanidade e, *pari passu*, que é alienado do produto de seu trabalho objetivado cotidianamente.

Visando a uma melhor compreensão do *modus operandi* capitalista atual, julgamos valer a pena um breve resgate de nossa gênese histórica para nos auxiliar na apreensão e compreensão do comprometimento de nossa formação socio-político-cultural. Para que possamos situar-nos na querela que nos propomos neste texto em tela, já que a compreensão do fundamento da sociedade capitalista é questionada por autores que negam a centralidade do trabalho e que, portanto, negam o processo de fagocitose e de autofagia humana em que o Estado de bem-estar social está sendo carcomido de dentro para fora.

Com o intuito de buscar as primeiras pistas de respostas para a inquietação indagadora supramencionada, iniciamos a nossa pesquisa com a leitura inicial dos seguintes autores: Schwarcz e Starling (2018); Martins (2019); Brandão (2019); Marini (2019); Prado Junior (2019). O tema mencionado, em um segundo momento, também foi apreciado a partir da confrontação destas com a leitura dos seguintes autores: Pericás

(2019), Antunes (2005; 2011), Marini (2021), Oliveira (2018), Mészáros (2011), Dunker (2021), Marx e Engels (2007; 2010) e Sarchs (2019).

Por uma questão de rigorosidade intelectual, apontaremos agora alguns dos fatores que nos pareceram mais significativos em nosso processo de pesquisa e de revisão bibliográfica no esforço de uma melhor compreensão do desenvolvimento brasileiro, seus padrões de permanência e de ruptura e, principalmente, de suas assincronias e de suas perspectivas de classe ao longo de 05 séculos. Para tanto, abordaremos a acumulação colonial-capitalista e capitalista-industrial.

### **Terra à vista: a invenção do “Brazil”**

Construiremos a nossa argumentação sem nos debruçar detidamente no mérito da querela desenvolvida entre autores do quilate de Freyre (2003), Furtado (2000), entre tantos outros historiadores, sociólogos e/ou antropólogos e, principalmente, no mérito de que se após o violento confronto bélico entre os portugueses, chegados no século XVI ao “Brazil”<sup>4</sup> e os gentios que habitavam este mesmo território desde tempos imemoráveis<sup>5</sup>, se no Brasil teve um “etapismo” bem definido e linear ou se foi um processo caudaloso em que o colonialismo, o feudalismo, o escravismo “bucólico e afável” ou “escravismo colonial” (GORENDER, 2016) coexistiram ao mesmo tempo.

Além do que já foi supramencionado, também iremos descurar da ideia de “homem cordial”, descrita por Holanda (1995) – ideia esta que junto aos nossos não poucos demônios perseguem-nos até hoje – ou se o Brasil já se desenvolveu dentro do modelo de produção capitalista – ou pelo menos nos arquétipos mais elementares do capitalismo

---

<sup>4</sup> Entre as muitas histórias e credices envoltas na escolha do nome oficial da colônia, “Brazil”, a mais aceita – ou pelo menos a mais contada – é a de que foi escolhido o nome Brasil por conta da abundância de uma árvore, pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), em seu solo. Contudo, também se relata que o nome Brasil teve haver com o tom de pele avermelhado dos gentios tupiniquins que já habitavam as terras da nova colônia ou por conta da cor da armadura dos soldados de Portugal que vieram nas naus portuguesas e que atendiam pelo nome de soldados brasis em decorrência do tom de brasa de seus uniformes (SCHWARCZ e STARLING, 2018).

<sup>5</sup> Conforme as duas historiadoras e antropólogas Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2018), os autóctones tupiniquins viviam em nossas paragens a pelo menos 35 mil anos antes de os portugueses chegarem aqui em 1500 para dizimá-los. Segundo as autoras, antes de os portugueses aportarem de suas naus na costa do “Novo Mundo” a população ameríndia era da casa dos milhões e se distribuía desde o litoral até os rincões mais distantes e embrenhados na mata. Hoje, após 523 anos de devastação, restam cerca de 800 mil indígenas em todo o território brasileiro.

mercantilista –, apresentaremos a constituição econômica, social e política do Brasil em seus contornos mais gerais.

Feitas estas duas devidas ressalvas, adentremos finalmente em nossa discussão. Em linhas bem gerais, como diria Ribeiro (2015) sobre este “moinho de gastar gente”, mais conhecido como “Brasil colônia” (1531-1822), a primeira coisa que nós poderíamos afirmar, sem titubear, sobre a história do Brasil – pois isto se trata de “um fato irrefutável” e não de algo totalmente diferente que seria “a interpretação de um fato” – é que, ao contrário do que se costuma ler e ouvir dos ideólogos decadentes da burguesia, é que a nossa história é bem inglória e fortemente marcada por um passado de sangue, de violência e de morte.

Além do que afirmamos há pouco, um segundo anacronismo muito comum a ser corrigido ao falarmos de Brasil, a contrapelo do que geralmente se apresenta nos livros técnicos e/ou didáticos escolares, é o fato de que muito antes de os portugueses atracarem as suas naus em “Pindorama” os ameríndios que aqui habitavam já haviam descoberto a felicidade nas terras tupiniquins. Logo, o descobrimento que consta nos livros não foi bem de fato um descobrimento, mas sim um processo de ocupação violenta, haja vista que estas terras não estavam vazias – muito menos desabitadas –, pois muitos povos aqui viviam em regime tribal e/ou comunal e, em sua maioria, em completa harmonia entre eles próprios e, principalmente, com a natureza. Então, eis aí o nosso primeiro esboço do Éden do paraíso ou das brasas do inferno chamado “Brazil”. No que tange à educação, cabe acrescentar que tal processo transcorria na realização rotineira das atividades, na observação dos mais velhos, num processo em que os saberes eram transferidos e construídos espontaneamente. A educação era uma atividade diária e coletiva (SAVIANI, 2019).

Ainda em conformidade com o velho mestre Ribeiro (2015), e com o que ele nos disse em inúmeras palestras, documentários e entrevistas<sup>6</sup>, compreendemos que embora o alto custo das “Grandes Navegações”, *i. e.*, do custeio da expansão ultramarina que saiu do continente europeu desbravando o “Mar Tenebroso” em busca do “Novo Mundo”, de

---

<sup>6</sup> A exemplo, ver a entrevista que foi concedida por Darcy Ribeiro ao programa televisivo “Roda Viva”, em 1995. A entrevista está disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=AAFzOemlAbg&t=2811s> >. Ademais, ver igualmente o documentário *O povo brasileiro* que está disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-zEztOsq6yA> >. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

certa forma, embora o alto custo das navegações do “além mar” à época, podemos dizer que o nosso país desenvolveu-se a um “baixo custo” para os colonizadores, pois vide escambo de quinquilharias de pífio ou nulo valor (espelhos, miçangas, tecidos já usados etc.) por “mercadorias” de altíssimo valor (especiarias, ouro, gemas preciosas, açúcar etc.), do assassinato, da escravização e do extermínio em massa dos gentios que aqui habitavam desde muito antes da invasão portuguesa, onde além de terem sido violentados de forma direta nos confrontos bélicos e terem sido seviciados pelos portugueses contraíram doenças como varíola, sarampo, tifo e mesmo a gripe trazidas pelos colonizadores ou morreram por esgotamento físico por não se “habituares” ao trabalho extensivo.

Dada a importância e a variedade de mercadorias produzidas no Brasil colônia – fator esse indispensável para o pleno desenvolvimento do capitalismo e o modelo de produção fabril que discutiremos mais à frente –, e para que possamos circunscrever sinteticamente a grande guardiã dos segredos do *modus operandi* do Capital, resgataremos a análise marxiana. Ao analisar a “mercadoria” em sua dimensão mais ampliada, Marx (217, p. 113) afirma o seguinte:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (Acréscimos e itálicos do original)

Dito isso, e voltando à discussão propriamente dita sobre o Brasil, podemos afirmar, bem grosso modo, que o Brasil possui um tempero bem peculiar em seu “ser propriamente assim”, *i. e.*, em sua “brasilidade”. Diríamos até mesmo que um tanto agri-doce, pois graças à junção do doce da cana-de-açúcar com o amargor do escravismo indígena e africano colonial, haja vista que, como bem nos reporta Ribeiro (2013), o escravizado era visto pelos colonos como um saco de carvão, pois quando um “se acabava” – algo que levava em média de 25 a 35 anos – era só comprar outro e pôr no seu lugar, até que este também se extinguisse. No Brasil, os portugueses conseguiram realizar um grande feito de alquimia. Algo perseguido por vários alquimistas, bruxos e cientistas por muitos anos, quase uma arte de feitiçaria merecedora da atenção até mesmo de Nostradamus (1503-1566). No Brasil, os nossos colonizadores conseguiram promover um dos maiores sonhos do homem,

pois aqui os portugueses conseguiram transformar, nos trópicos de sua colônia, o chumbo atirado pelos mosquetes, o ferro frio das baionetas e o sangue quente humano (indígena, negro e imigrante) em ouro (mineral e vegetal).

Além do que já mencionamos, outro fator de nossa formação é digno de vir à lume. Na formação do Brasil mesclou-se as fés cristãs (católica e protestante), sefarditas (criptojudeus e cristãos-novos), e pagãs (ameríndia e afro-diaspóricas) em favor da exploração de riquezas comerciais (extrativismo) e do comércio (mercantilismo). Junto ao morticínio da população autóctone que aqui vivia e ao “escravismo colonial” (GORENDER, 2016) de diversas etnias indígenas e, principalmente, nos idos do séc. XV para o séc. XVI, de povos africanos que foram seviciados no continente africano e para cá foram sequestrados aos montes que oscilavam, a depender da embarcação, entre 350 a 900, dentro dos “Tumbeiros” – nome dado aos “navios negreiros” pelos cativos de África – o desenvolvimento brasileiro foi secundado por aproximadamente 300 anos de um longo processo de desconstrução da “condição humana” dos autóctones e, principalmente, do homem “negro” em nossas paragens (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Esse fato mencionado por último é algo que, quase que por milagre, foi esquecido por parte da população e, em certa medida, negado de tal modo que virou um dos maiores tabus em nossa sociedade, pois, a depender de certos espaços ou de determinadas leituras revisionistas, pós-estruturalistas, pós-modernas ou eufêmicas de nossa história é como se não tivesse havido o escravismo colonial no Brasil. Esse é um assunto ligado umbilicalmente ao nosso racismo social estrutural. Assunto este também extremamente velado.

Conforme estudo realizado por Schwarcz e Heloisa (2015), junto à escravização dos povos originários, o tráfico de corpos negros foi uma coisa vertiginosamente assustadora no Brasil, dada a sua grandeza em números de seres humanos traficados e em sua extensão temporal. Com a intensificação da produção de mercadorias na Colônia, em 1575, vide a colonização de Angola pelos portugueses e a fundação de Luanda, os números do tráfico negreiro praticamente dobraram na Colônia. Por volta do ano de 1600, estima-se um montante de 50 mil africanos desembarcados principalmente nos portos das capitâncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Na década de 1620, holandeses referiam-se à entrada de 4 mil escravizados por ano que desembarcavam somente em Pernambuco, o que em um século daria 400.000 corpos negros seviciados. Nos findos do séc. XVI, chegaram ao Brasil entre 10 mil e 15 mil escravos da Guiné, do Congo e de Angola. Uma estimativa do século XVII menciona 6 mil escravos anuais vindos só da Costa da Mina, o que nos daria mais 600.000 corpos agrilhoados em 100 anos. Ao mesmo tempo, Luanda (de onde foram deportados aproximadamente 2.826.000 africanos somente para o Brasil), Bengala, Cabinda ou até Quidá (de onde partiram cerca de 1.004.000 seres escravizados, entre 1501 e 1867, igualmente para o Brasil) apresentaram-se como os principais portos de embarque no continente africano do tráfico negreiro do século XVI, na mesma proporção em que o negócio português ia-se transferindo para aquele local. A associação entre Brasil e Angola era tão evidente que um jesuíta chegou a escrever: “Quem diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil, diz Angola” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.89).

Um fato curioso dos quase 300 anos de escravização humana declarada no Brasil é que logo após a abolição da escravidão mercantil em nosso país, em 1888, mais especificamente dois anos à sua frente, é que na confecção do nosso hino da Proclamação da República em 1890 diz que “nós nem cremos que escravos outrora / tenha havido em tão nobre país / hoje o rubro lampejo da aurora / acha irmãos, não tiranos hostis”. Ao que parece, uma amnésia bem cômoda, haja vista que no Brasil, o escravizado foi um “objeto de posse” tão comum que além de fazendeiros, nobres e políticos, até mesmo pequenos comerciantes, padres e alguns ex-escravos possuíram pessoas seviciadas sob o seu tacho amontoadas nas senzalas ou a um custo de locação<sup>7</sup> por quase 03 séculos e o hino tanto apaga o passado de violência quanto, principalmente, a sua permanência. Uma tacada de mestre, não é mesmo?

Logo, podemos dizer que o Brasil desenvolveu-se na esteira da antípoda da “condição humana”, pois para que pudesse desenvolver-se alinhado aos interesses

---

<sup>7</sup> Como tivemos no Brasil colonial pessoas escravizadas para todos os gostos e tipos de serviços, tivemos um tipo que ficou eternizado nos livros de história e nos cadernos de registros comerciais como “escravos de ganho”. Estes eram seres humanos escravizados que eram obrigados pelos “seus senhores” a realizarem os tipos de trabalho mais variados “nas ruas”, pequenos estabelecimentos, pequenas lavouras, etc., onde teriam de levar para casa do “seu senhor”, ao fim do dia, semana ou mês, uma soma de dinheiro previamente estipulada. Também era comum o aluguel destes “escravos de ganho” pelos seus senhores a outras pessoas por algum determinado valor e tempo a ser acordado entre os “nobres cavalheiros” (GORENDER, 2016).

coloniais tanto eliminou como, ao mesmo tempo, negou à humanidade que aqui jazia ou que para cá foi sequestrada a contragosto e, em concomitância a tudo isso, promoveu as formas mais perversas e abjetas de trabalho estratificado e de mutilação de corpos humanos. Fruto principalmente da “movimentação” afro-diaspórica, a escravização colonial brasileira foi um regime tão perverso e vil que obviamente precisava de uma sociedade que assimilasse este regime perverso nos campos mais profundos do inconsciente dos indivíduos. Logo, as pessoas “respiravam” essa consciência desde a mais tenra idade até os seus túmulos. Para eficiência dessa assimilação do *status quo*, a educação foi fundamental, pois como podemos aferir em Saviani (2019, p. 26) que a “inserção do Brasil no chamado mundo ocidental deu-se, assim, por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese”.

Com o devido entendimento de que a educação trata-se de um complexo processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais distintos aspectos, e amalgamando esses três aspectos sobreditos, durante quase 300 anos foi naturalizado em nosso país a posse de um ser humano por outro sem causar o menor estranhamento na maioria da população. Decerto, os 300 anos de escravização, de bestialização e do mais alto nível de reificação humana dos povos que foram sequestrados, desumanizados, estuprados, mutilados, entre tantas outras coisas macabras somente para colorir as roupas, enfeitar os dedos, adornar as orelhas e os pescoços com gemas preciosas e joias e “adoçar a boca dos europeus”, alicerçam a acumulação primitiva capitalista brasileira (RIBEIRO, 2015).

No quadro à frente, teremos uma oportunidade de, em linhas gerais, verificar como se deu esse processo de inculcamento de ideias, valores, costumes etc. no Brasil colônia.

**Quadro 01 – Quatro momentos que sustentam o processo de aculturação colonial**

Momento	Elementos constitutivos
01	Na inculturação das tradições e dos costumes (negação da cultura autóctone em detrimento da cultura dos colonizadores).
02	Na aculturação das tradições e dos costumes (assimilação da cultura dos colonos como sendo a sua própria).
03	Na instrução intelectual, em seus dois aspectos: formal-instrumental (ler, escrever e contar) e concreto (conteúdos derivados do conhecimento elaborado).
04	Na aprendizagem dos ofícios.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Saviani (2019).

Graças ao poder de fogo dos mosquetes, da prontidão das baionetas e, principalmente, da tenacidade dos padres jesuítas, o escravismo colonial foi plenamente exitoso em sua voracidade na “Terra de Santa Cruz” (SAVIANI, 2019). Poderíamos até dizer que esse processo de aculturação foi um completo sucesso, haja vista que as senzalas e os pelourinhos espalharam-se por todo o Brasil feito um miasma que além de corroer de dentro para fora os corpos dos escravizados, maculava o próprio espírito humano de seus captadores. Em toda a colônia, o escravismo colonial foi um regime extremamente predatório de tamanha violência que a expectativa de vida de um escravizado no Brasil – tirando parte dos “escravos domésticos” e algumas poucas e raras exceções que só servem para confirmar a regra – não ultrapassava, em muito, os 30 anos de idade, pois no eito da lavoura da cana-de-açúcar, do algodão ou do café ou mesmo nas covas e nos leitos de rios dos garimpos, cedo morriam acometidos por esgotamento físico, violência, doenças, etc. (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Em uma época em que os metais preciosos e as especiarias eram a forma por excelência para acumulação de riqueza, onde o “novo” era chupinhado para dar longevidade ao “arcaico” e, assim, fazer o “velho” confundir-se como “novo”, fazendo-se assim, como bem denominou Oliveira (2018), “combinações esdrúxulas” entre modelos de produção e de trabalho estratificado capazes de formar uma animosidade semelhante a um ornitorrinco<sup>8</sup>, no “Brasil” podia-se “quase tudo” com o escravizado. No Brasil se podia arrancar todos os dentes de um “mulato” ou costurar-lhe a boca como forma de repreendê-lo, marcar-lhe a pele a ferro em brasa ou decepar uma parte do corpo de um “crioulo” ou mesmo esfolar “um preto” até a alma e, após se ajoelhar perante o crucifixo fixado à cabeceira da cama, dormir calmamente assegurado pelo crivo das leis do Império – e, posteriormente, da República –, e, para a honra e glória do Senhor, com as bênçãos da santa madre Igreja.

O Brasil chegou a receber 40% dos cativos da África que foram sequestrados para “as Américas” e que aqui adentraram de forma compulsória para desenvolver o nosso

---

<sup>8</sup> Comparação igualmente utilizada por Chico de Oliveira em seu texto, de 2002, *O ornitorrinco*. Neste texto o autor emprega a sua verve mordaz ao modelo de gestão capitalista neoliberal levando em conta as suas mutações e formas de mistificação mais elementares. Para mais informações, ver a segunda parte da obra *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo, 2013).

escravismo colonial<sup>9</sup>. Como pudemos observar, ao longo das obras de Ribeiro (2015) e de Schwarcz e Starling (2019), em um espaço de tempo de 400 anos foram arrancados da África para o desenvolvimento da cultura europeia e estadunidense, aproximadamente 100 milhões de africanos. Destes, o “moinho satânico” consumiu cerca de 12 milhões só aqui no Brasil. O jugo “do homem pelo homem” deu-se dentro de todo o território nacional brasileiro. A escravização foi largamente utilizada no Brasil, embora possuindo flutuações que oscilaram para mais ou para menos, em cada macrorregião, a depender da cultura produtiva ali explorada (cana-de-açúcar, mineração, algodão, gado, látex etc.) ou do recorte temporal que venha a ser realizado durante a pesquisa dos 523 anos das “Terras Brazis”.

Além do extermínio em massa dos povos originários do Brasil e da desefetivação da humanidade dos povos trazidos de África já mencionados, o nosso passado “sub-desenvolvimentista”, de natureza do “capitalismo agrário exportador” e “dependente” também foi fortemente marcado pela força de trabalho imigrante, primeiro vindos da Europa empobrecida, em 1870. A imigração foi marcada por povos vindos principalmente da Itália, mas com forte participação de imigrantes da Espanha e de Portugal e, um pouco mais à frente, em 1908, de povos vindos da Ásia, em sua maioria vindos do Japão, mas com presença de coreanos e chineses – a China já havia enviado força de trabalho para a colônia de Portugal, em 1812 a pedido de D. João VI para auxiliar no cultivo de especiarias para chás<sup>10</sup>.

A dependência proletária em relação à burguesia, a propriedade privada e o controle dos meios de produção tiveram de ser criados por meios artificiais (Leis e Tratados “internacionais”) – que inicialmente eram controlados pelas respectivas Coroas de cada potência e pela Igreja Católica e, posteriormente, pelo Estado burguês com o seu conjunto de Leis – para a consolidação do nosso capitalismo tardio e dependente. A acumulação

---

<sup>9</sup> Por uma questão de foco e do pouco espaço não iremos adentrar em nossa escrita na exploração humana e no processo de escravismo colonial que esteve presente nos outros países que compõem às “Américas” (América Latina e América do Norte). Isto acabaria nos levando a outra pesquisa de folego. Aos que se interessarem, sugerimos a leitura da obra: *As veias abertas da América Latina* (Porto Alegre, RS: L&PM, 2019).

<sup>10</sup> Estas são as quatro culturas fundamentais que, ao longo de pouco mais de 500 anos de história, povoaram o Brasil do Oiapoque ao Chuí, do litoral aos grotões mais entranhados no continente. Contudo, essa mescla entre ameríndio, europeu, polonês, africano e asiático não se encerram entre si. Elas se interracializaram e criaram novos tons de peles, novos formatos de olhos, novos cabelos, novos dialetos, novos costumes, etc.

primitiva da burguesia brasileira realizou-se em sua forma superior de maneira direta com a transformação da economia escravagista (modelo de produção colonial) em economia assalariada (modelo de produção capitalista) por intermédio do afluxo imigrante, algo que já vinha amalgamando-se ao trabalho escravo de forma significativa há pelo menos 05 anos antes do “fim da escravidão” como modo de produção oficial no Brasil.

Somente no estado de São Paulo já contávamos com 4.879 imigrantes trabalhando principalmente na lavoura de café e, em menor parte, em pequenos serviços como a construção civil. Esse número veio aumentando exponencialmente entre os anos de 1885 (6.500), 1886 (9.356), 1887 (32.112) e 1888 (92.086) de tal modo que quando a abolição do regime escravagista brasileiro foi assinada, em 13 de maio de 1888, São Paulo já contava com um número considerado extenso, se considerarmos o quantitativo populacional brasileiro da época, de imigrantes trabalhando nas atividades mais diversas e residindo principalmente em sobrados e cortiços (PEDROSA; XAVIER, 2019).

Logo, à luz do que conseguimos apropriar-nos dos estudos referidos, podemos concluir este primeiro momento afirmando que foi via apropriação de terras, primeiro pela coroa portuguesa e, em sequência, pelo Estado burguês e, primeiramente, graças a “bagatela” da escravização autóctone no trabalho extrativista e extensivo e, por conseguinte, com a introdução do trabalho escravo dos povos vindos de África e, posteriormente, com a larga utilização do trabalho estratificado imigrante vindos da Europa e da Ásia no trabalho intensivo que o Brasil desenvolveu-se. Já o desenvolvimento do trabalho assalariado é o que buscaremos abordar no tópico vindouro.

### **Capitalismo à vista: o desenvolvimento do capitalismo tardio e dependente brasileiro**

Como pudemos observar no primeiro momento do texto em tela, o Brasil desenvolveu-se passando por um longo processo evolutivo em que podemos facilmente identificar tanto permanências quanto rupturas de certas características e que vêm-se capilarizando desde o extrativismo colonial (vegetal e mineral), passando pela produção agro intensiva, pelos engenhos, pelas usinas e, por último, pelas fábricas e montadoras. Contudo, as etapas que apresentamos – diga-se de passagem, de forma bem resumida – não devem ser consideradas como mônadas apartadas da realidade concreta, como se

fossem compartimentos da história estanques, separadas uma da outras por uma muralha intransponível e sem nada que as ligue de forma intrínseca e dependente.

É igualmente evidente que as etapas sobreditas não devem ser associadas à ideia de tempo de forma irrefletida, acrítica ou mecanicamente, pois mesmo estando ligadas umas às outras, dentro de um universo de determinações regionais, econômicas, produtiva, política etc., cada uma destas etapas (extração do pau-brasil e especiarias, cana-de-açúcar, ouro, café, borracha, fabril) pode ter levado para realizar-se “separadamente” um prazo maior ou menor do que o outro, decerto muito oscilantes, conforme tenha sido determinado a sua realidade concreta, as causas objetivas e as forças políticas operantes à época. Logo, vale lembrarmos aos leitores que a produção da mercadoria dá-se de forma desigual e combinada. Então, decerto, para compreendermos esse processo em sua grandeza é necessário analisá-lo com vistas na categoria analítica da totalidade e, principalmente, no método onto-histórico marxiano.

Logo, dentro de nossas possibilidades, resta-nos a tarefa de tanto analisar o movimento uno quanto à movimentação omnilateral entre estas “placas tectônicas” em busca de uma chave de interpretação que englobe o maior número de complexos possíveis. Conforme Martins (2021), podemos sintetizar o processo constitutivo brasileiro em cinco momentos elementares. No quadro à frente, poderemos obter uma ideia um pouco mais assertiva do nodo presente em cada um destes 05 momentos constitutivos.

**Quadro 02 – Cinco momentos que sustentam o processo retroalimentativo do capitalismo dependente brasileiro**

Momento	Elementos constitutivos
01	Certas contingências da formação econômica brasileira permitiram que o processo de industrialização se fizesse sem o rompimento da estrutura agrária, e até mesmo à sombra de seus interesses, de que resultou a coexistência no poder dos setores dominantes da burguesia rural, dos setores comerciais e financeiros a ela aliados e do setor industrial.
02	Os impulsos favoráveis à industrialização nasceram muito mais das circunstâncias históricas externas (a Guerra de 1914-1918, a Crise de 1929 e a Guerra de 1939-1945) do que de uma luta coordenada e consciente da burguesia industrial como classe, embora, comparada com a de outros países da América Latina, ela se tivesse revelado mais capaz de explorar esses estímulos.
03	O fortalecimento quantitativo dessa camada industrial – que é, de resto, sociologicamente diferenciável da camada tradicional, mas ainda não social e politicamente dela diferenciada – coincidiu com uma conjuntura mundial, a do pós guerra, que limitou sua ação contra interesses internos e externos inibidores de seu desenvolvimento.
04	As tensões decorrentes da incorporação ao sistema do proletariado emergente e das classes médias urbanas tenderam sempre a ser amortecidas por mecanismos artificiais de controle (técnicas populistas, inflação etc.), resultando daí o “adiamento” da tomada de consciência dos impasses existentes na sociedade e da dimensão exata deles.

05

O equilíbrio entre as forças sociais diferentes (e de interesses antagônicos a longo prazo) no processo brasileiro, sem que nenhuma delas, pelos seus desenvolvimentos particulares, tenha tido condições para empolgar sozinha o poder – ou dele fazer uso preponderante por muito tempo – tem mantido paralelas estruturas arcaicas e estruturas novas, estabelecido arritmias no plano das intuições políticas, feito o Estado tender a se colocar acima delas, numa situação bonapartista, e emprestado à revolução brasileira até aqui muitos dos aspectos *híbridos* que a caracterizam.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Martins (2021).

E é em função da relação dialética entre esses elementos dispostos no quadro acima que compreendemos que devemos “ler o Brasil”. Ou seja, compreendemos que devemos “ler o Brasil” de forma holística, levando em conta as suas contradições, rupturas e permanências. Devido ao fato de seu desenvolvimento produtivo econômico atrasado, da forte dependência da exportação de *commodities* em seu “eterno” ciclo agrário e, conforme a proposição de Antunes (2011), pelo fato de o Brasil “ter sido” um fiel comprador de tecnologia débil ou já obsoleta dos países imperialistas, em certa medida, e obviamente fazendo as devidas ressalvas, podemos afirmar que o desenvolvimento econômico e produtivo brasileiro já nasceu natimorto.

Para compreendermos a formação econômica brasileira, suas nuances e seus destemperos, além de termos que nos apropriar dos muitos complexos e matizes presentes em seu desenvolvimento, precisamos apropriar-nos do como se deu a penetração do capital financeiro internacional em sua tessitura, algo que, em nossa leitura, pôs a economia brasileira, herdada da colônia, em uma situação de dependência superior. Logo, para nos auxiliar neste olhar holístico lançaremos mão agora em uma análise apresentada por Prado Júnior (2019, p. 130-131), pois para este, a penetração do capital financeiro em nosso país

[...] foi em grande parte condicionada pelas próprias circunstâncias da nossa economia colonial, já por natureza em ligação íntima e dependência estreita do comércio internacional em que funcionava, como vimos, na qualidade de simples subordinado fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas. Tornava-se assim a economia brasileira altamente vulnerável à penetração imperialista quando o capitalismo das grandes potências do mundo moderno chega a essa fase de desenvolvimento. O Brasil se fará então, imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, fácil campo para suas operações. O imperialismo agravará de forma considerável os lados negativos do colonialismo brasileiro, criando novos laços que tendem a perpetuar as condições de subordinação e dependência da nossa economia.

Para não termos de entrar nos pormenores que iriam sobrecarregar aqui o assunto e exigiriam uma discussão histórica bem mais ampla, iremos apenas enfatizar que o desenvolvimento econômico brasileiro, desde uma “simples colônia”, a produção industrial capitalista foi essencialmente voltada à produção para o mercado externo. Desde a sua gênese que o Brasil preocupa-se, quase que exclusivamente, em atender aos interesses exógenos da nação, voltando assim, a sua atenção para a produção de mercadorias para suprir as necessidades do mercado externo.

Em linhas gerais, podemos resumir o que dissemos até aqui em dois momentos constitutivos do modelo econômico e produtivo brasileiro. O primeiro é o fato de que desde o início de sua formação, o Brasil destina-se a abastecer com os seus produtos primários e sua força de trabalho barata o comércio internacional. Sempre se furtando da responsabilidade de suprir as necessidades internas como, por exemplo, garantir a segurança alimentar de seu povo. O segundo fato a ser considerado é a sua economia primitiva e débil, solicitada pela ordem imperialista do mundo moderno. Verifica-se, então, a exiguidade da base econômica em que se arvora a vida brasileira. É esse o caráter inicial e geral do Brasil e que se perpetua, a depender do nicho com mais ou com menos variações, até o tempo presente.

Sobre a questão do “etapismo” da formação brasileira, Pericás (2019) chama a nossa atenção para o fato de a leitura desse período formativo do Brasil ser bem dissonante entre alguns historiadores, sociólogos, geógrafos e antropólogos, entre outras áreas de pesquisa, e, em certos momentos, até mesmo ruidosas ou conflitantes. Sobre isso, Pericás (2019, p. 09-10), sintetizando os principais elementos desta querela em sua obra, diz o seguinte sobre a revolução formativa brasileira:

[...] dependendo da abordagem e da interpretação de cada autor, pode ser vista, em linhas gerais, como: um processo histórico de longa duração (e, dentro dele, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico), caracterizado pelas mudanças ocorridas na lenta transição de um país essencialmente rural para urbano; um “projeto de modernização” das estruturas econômicas internas liderado por setores da burguesia, principalmente através de industrialização; a superação do passado colonial e a edificação e consolidação da “nação”; ou uma possível ruptura radical e estrutural com o imperialismo, com as relações de classe assimétricas e com a submissão, subordinação e dependência do país no campo internacional. Ou seja, por um lado, há a constatação da marcha paulatina (com impulsos ocasionais) do capitalismo no plano interno (e o vislumbre de saltos qualitativos dentro desse sistema), a partir do desenvolvimento das forças

produtivas e diversificação econômica (dando maior autonomia decisória e margem de manobra ao Estado nacional na esfera externa); por outro, um empreendimento radical que romperia com o sistema implantado e consolidado em nosso território, desembocando, em última instância, no socialismo, ao alterar profundamente as propriedades sociais por meio da incorporação dos setores populares como protagonistas da nova etapa e da elevação, nesse ínterim, do nível material e cultural das massas.

Nesse sentido, algumas interpretações indicam como início do decurso da “revolução brasileira” o interregno entre o ano de 1808 (com a chegada da família real portuguesa e da corte ao Rio de Janeiro) e a independência formal em 1822; outros, por sua vez, sugerem como marco temporal 1850 (neste caso, a partir do fim do tráfico de escravos); há aqueles que veem na década de 1920 seu começo, com as revoltas tenentistas como elemento-chave que esboçaria as grandes mudanças que ocorreram em seguida; e ainda os que apontam como data simbólica deste fenômeno 1930, com o ascenso de Getúlio Vargas ao poder (Aspas, *itálicos e acréscimos do original*).

Não pretendemos abusar de citações longas. Só transcrevemos esta pelo fato de ela apresentar de forma sucinta e objetiva alguns dos problemas envolvidos em nossa escolha de uma linha interpretativa para fundamentar a nossa escrita. Essa dissonância está presente até mesmo na tradição marxista. Embora a interpretação pré-industrial brasileira seja mais dissonante entre os autores que a analisam a partir do método marxiano, como pudemos observar no excerto de Pericás (2021), o desenvolvimento industrial brasileiro já é um pouco menos ruidoso.

Detendo-nos agora nos meandros do século XX, autores como Brandão (2021) e Marini (2019), entre tantos outros, asseveram, de forma incontestada, que o nascedouro do capitalismo industrial brasileiro teve o seu vicejar na década de 1930, sob a batuta de uma das nossas maiores “esfinges históricas”, haja vista que ora ele assumia uma postura de político estadista, preocupado com o desenvolvimento e com a democracia do país, e ora adotava a postura fascista de ditador autoritário e golpista, Getúlio Vargas (1882-1954). Quanto à educação, no Brasil, na educação, a regra é a descontinuidade dos projetos educacionais. A diligência educacional brasileira surge na perspectiva assistencialista, com a finalidade de promover a mínima inserção dos órfãos, pobres e desvalidos no mercado de trabalho. Iniciado o processo de industrialização, as ações governamentais atuaram no sentido de transformar o exército de reserva em mão de obra apta ao trabalho industrial (GOMES, 2007).

Conforme os autores referidos, foi deste marco histórico que o Brasil pôde dar o seu primeiro salto industrializante realmente substantivo, onde, diga-se de passagem, possuía

um prisma nacionalista e estatal bem expressivo, já que a nossa experiência anterior de indústria estava arvorada no processo de produção *plantation*, ou seja, uma produção que visava a uma produtividade agrícola e de agro exportação, em que a indústria atuava como “mero” apêndice e com pouca representatividade. Contudo, embora a produção agrícola e latifundiária tenha ficado, em certa medida, em “segundo plano”, no nosso plano econômico principal, desde 1930, a estrutura arcaica do sistema agrário e outras “combinações esdrúxulas” de modelos de produção há muito “extintos”, tornaram-se uma espécie de herança maldita para a classe trabalhadora brasileira (OLIVEIRA, 2018). Herança esta que perdura até os tempos atuais atendendo pelo nome de “agronegócio” ou “agrobusiness”.

O segundo salto na indústria brasileira que Antunes (2011) apresenta-nos, deu-se sob a regência de Juscelino Kubitschek (1902-1976) na década de 1950 com o chamado crescimento “50 anos em 5” – crescimento este que nos legou uma dívida que poderia levar o mesmo cognome devido as suas consequências – e, por conseguinte, o terceiro salto foi trazido à lume na década de 1964 a partir do golpe bonapartista empresarial-militar, em que se intensificou vorazmente o processo de industrialização e a internacionalização da indústria brasileira. Antunes (2005) apresenta outra informação bastante valiosa para este texto e que reproduziremos logo a seguir. Nas palavras de Antunes (2005, p. 91),

[...] O padrão de acumulação que se vem desenvolvendo em nosso país, especialmente desde o pós-1964, além de se fundamentar no arrocho salarial, na produção de bens e mercadorias para as classes médias altas e para as classes proprietárias, vem dependendo cada vez mais da recorrência aos capitais financeiros externos, que são chamados a financiar e a se beneficiar desse modelo. Desse mecanismo vem resultando um monumental endividamento externo que hoje sufoca e constrange o país. [...]

Sobre o fato da herança maldita do constrangimento do endividamento externo, ainda na mesma página, Antunes (2005) conclui o seu raciocínio afirmando que

[...] Atriamo-nos de tal modo ao sistema financeiro internacional que, hoje, quase tudo o que se produz, quando não fica nas mãos da grande burguesia aqui presente, acaba sendo drenado para o pagamento da dívida externa, isto é, para a remuneração e para o enriquecimento dos grandes capitais financeiros internacionais. Nesse círculo vicioso, quanto mais o país recorre aos empréstimos externos, mais e mais ele se atola no endividamento. Quase tudo o que aqui é

acumulado é canalizado para pagar a dívida externa. E tragicamente, completando o círculo, quanto mais ele paga, mais ela se avoluma e se intensifica. [...]

Conforme Antunes (2005; 2011), o processo de industrialização no Brasil estruturou-se pautado em uma produção “bifronte”, onde, de um lado, primava-se pela produção de bens de consumo duráveis para um público seletivo e bem restrito, assim como, diametralmente, a produção de *commodities* voltadas para as exportações. Essa estrutura estava galgada em uma dinâmica interna de “superexploração da força de trabalho” que se articulava entre a intensificação da extração do mais valor relativo e do mais valor absoluto (MARINI, 2017). Dito isso de outro modo, da intensificação do trabalho morto puxado pelo avanço tecnológico e maquinário, assim como pela extenuação das jornadas de trabalho e, concomitantemente, de baixíssimos salários, tendo várias oscilações entre acumulação, arrocho e expansão até a década de 1980. Cabe acrescentar, nas palavras de Gawryzewski (2017, p. 86), o capitalismo “se estrutura pela reprodução ampliada, de modo que parte do lucro se destina a ampliar sua escala de produção, no intuito de vencer a concorrência de outros capitalistas”, em que pesem os nefastos impactos para a vida dos trabalhadores.

Trazendo essa discussão para os nossos dias atuais para ficar mais palatável a nossa apreensão, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo a ser pago para que pudéssemos viver com dignidade e manutenção da vida nos ditames da Constituição Federal de 1988 no mês de março de 2023 deveria ser de R\$ 6.571,52, mas, no caso, só é pago à maioria das pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho de carteira assinada R\$ 1.302,00 (DIEESE, 2023)<sup>11</sup>. Logo, ao confrontarmos esses dados, podemos concluir que: se ganhássemos o salário defendido pelo DIEESE estaríamos “apenas sendo explorados”, mas como o caso não é este e o que a maior parte da população ganha não garante o essencial à manutenção da sua vida e de sua prole configura-se então uma situação de “superexploração” da classe trabalhadora.

---

<sup>11</sup> Tabela do DIEESE disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

No final da ditadura empresarial-militar e no início do processo de redemocratização, ou seja, na passagem do interregno de 1970 para 1980, no Brasil, o padrão acumulativo de capital, galgado do capital nacional, capital internacional e capital estatal começou a entrar em um processo de fagocitose. Ainda na década de 1980, conforme Dunker (2021), o Brasil começou a dar seus primeiros passos rumo ao cadafalso do neoliberalismo. Contudo, conforme Antunes (2005; 2011), foi somente na década de 1990, inicialmente com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), mas com muito mais afinco nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999/2000-2003), que o Brasil passou a caminhar ladeado à política de gestão macroeconômica neoliberal que, por sua vez, já se aventava a plenos pulmões na Inglaterra com Margaret Thatcher (1925-2013) e nos Estados Unidos da América (EUA) com Ronald Reagan (1911-2004) destruindo os Estado de bem-estar social.

Conforme Mészáros (2011), antes de chegar ao Brasil, o neoliberalismo já se espalhava feito um miasma nos países capitalistas centrais em detrimento da crise estrutural que teve seu nascedouro entre 1968-1973. Dito isso, e ainda anuentes com Mészáros (2011), vale acrescentarmos ao nosso texto o fato de que, para este, o capitalismo é uma das formas possíveis do capital e, assim, embora não controlável, passível de superação. No capitalismo, a educação torna-se um terreno fértil para a inculcação ideológica do modelo de vida social imposto pelo capital, bem como treinamento e adequação dos indivíduos para a inserção no mundo do trabalho e da acumulação capitalista. Sabe-se que a crise estrutural não se limita a repercutir sobre a esfera socioeconômica (MÉSZÁROS, 2011) e suas tensões alvejam frontalmente a educação que, no sistema capitalista, é subsumida como dispositivo de conformação social e formação de mão-de-obra. Uma das tarefas basilares da educação formal, nesse cenário, é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2005).

Logo, a partir do que pudemos depurar de nossa pesquisa, compreendemos que assim como o capitalismo teve o seu alvorecer, por conseguinte, ele terá o seu fenecimento, haja vista que segundo o pensador sobredito, o capitalismo entrou em sua crise derradeira, em uma espécie de sorvedouro do qual ele é impossível de sair pela sua

própria natureza, *i. e.*, pela sua falta de capacidade de regulação e, sendo assim, ele só poderá mostrar-nos em alguns poucos locais e por curtos espaços de tempo faces de “neoliberalismo amigável” e em outros tantos momentos a sua verdadeira face de “capitalismo brutal” até que a classe trabalhadora tome em suas mãos a tarefa premente, há muito apresentada por Marx e Engels (2010) de realizarmos a “superação” do capitalismo com a implementação do comunismo.

### Considerações finais

Encerramos a exposição desta “biografia não autorizada do Brasil”, neste ponto em específico, cientes que ainda restam muitas lacunas a serem preenchidas em nossa apresentação, haja vista que o recorte de tempo e o próprio objeto cotejado encarados são demasiadamente extensos para serem devidamente expostos em um texto tão curto. Contudo, o que conseguimos por hora organizar em formato de texto serviu para compreendermos que o trabalho, enquanto fundamento da humanidade em si, assim como era compreendida por Marx e Engels (2007; 2010) e por Lukács (2013) e que foi secundada por seus diletantes, há muito foi corrompida e, por esse motivo, devemos lutar pelo resgate de seu valor ontológico e pelo fim da exploração do homem pelo próprio homem.

Concluimos que “ler o Brasil” não é uma tarefa nada fácil, haja vista que, como pudemos depurar em nossa revisão de literatura e que buscamos trazer sinteticamente em nossa exposição, o Brasil já foi lido, relido, interpretado e reinterpretado por diversos prismas. O que, por sua vez, faz-nos lembrar da tônica contida na 11ª tese elaborada por Marx e Engels (2007, p. 535) ao afirmarem de forma contundente que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (itálico do original).

Logo, durante a nossa escrita, tivemos de fazer certas escolhas. Porém, sempre visando a sermos o mais fidedigno ao objeto analisado e aos estudos que nos antecederam. O Brasil, em termos econômicos, já foi interpretado como uma colônia, um país tipicamente subdesenvolvido, periférico e dependente e, no âmbito político, como colonial, semicolonial, semifeudal (estrutura na qual coexistiam, com certa harmonia, diferentes modos de produção, como escravismo, “servidão” e assalariamento),

escravagista e, por último, mantenedor do regime assalariado do proletariado moderno, com alto nível das forças produtivas.

O Brasil também se caracteriza pela ausência ou pela debilidade de franjas intermediárias entre as duas classes fundamentais (burgueses e proletários), algo que teria sido de suma importância em um melhor distributismo de renda e uma sociedade mais democrática, como seria o caso de uma sociedade comunista. Algo que, pela sua nulidade ou debilidade, acarretou um regime de castas opulento que se mantém entronado desde o Brasil colônia até os nossos tempos atuais.

Talvez tenha sido por isso que, ao “ler o Brasil”, o poeta e romancista brasileiro, Andrade (2019), tentando capturar a essência de nossa “brasilidade”, ao escrever a sua obra *Macunaíma*, em 1928, descreveu o nosso grande herói brasileiro, diga-se de passagem, sem o menor caráter e fruto de uma mescla que, ao mesmo tempo em que se mescla, é autoexcludente, como sendo um índio que nasceu negro e que se transformou em homem branco em sua migração do campo para a grande cidade e, do trabalho comunal e extrativista, para o agrícola extensivo e, por último, para o fabril. Essa, sem dúvida nenhuma, caros leitores, é a nossa contradição constitutiva mais elementar.

## REFERÊNCIAS

ABITANTE, A.; SANTOS, R. R.; TORRES, J. R.; SILVA, A. F. G. **As Categorias Trabalho (Marx) e Humanização (Freire): Implicações no Currículo “São Paulo Faz Escola”**. Revista Pedagógica, v. 23, p. 1-17, 2021.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Chapecó: Ed. UFFS, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRANDÃO, Octávio. Agrarismo e industrialismo. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás, org. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 93-114.

DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Global, 2015.

DUNKER, Cristian [et al.]. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Cristian. **Neoliberalismo como**

**gestão do sofrimento psíquico** / Vladimir Safatle; Nelson da Silva Junior; Cristian Dunker (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 215-254.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GAWRYSZEWSKI, B. **Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do Ensino Médio?** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 83-106, set./dez.

GOMES, Hélica Silva Carmo. O fetiche da competência na educação profissional –2007. 211f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Revista Germinal: Marxismo em Debate**. Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300> >. Acesso em: 22 de out. de 2021.

MARINI, Ruy Mauro. O caráter da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás org. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 127-135

MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás org. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 205-224.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Organização, Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1ª. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx e Engels).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx. Tradução de Rubens Enderle. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Coleção Marx e Engels).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição** / István Mézáros. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás, org. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 115-124.

PRADO JUNIOR, Caio. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás org. São Paulo: Boitempo, 2019. p.127-135.

SARCHS, Érico. Caminho e caráter da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira** / Luis Bernardo Pericás org. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 293-358.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção memória e educação).

Enviado em: 25-10-2022

Aceito em: 22-04-2023

Publicado em: 04-12-2023